

Suplemento especial:
Jornadas Interdisciplinarias

¿Qué hacer con E. P. Thompson?

27 y 28 de junio de 2013
Universidad Nacional de Quilmes

Os Metalúrgicos de São Paulo (1960-2012): classe, lutas e consciência de classe

Murilo Leal Pereira Neto

Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista e Política, Economia e Negócio
mlealpereira@terra.com.br

O IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas) é um núcleo de educação, memória e documentação, fundado em 1998 por antigos membros da Oposição Sindical Metalúrgica da cidade de São Paulo, além educadores e pesquisadores de diversas áreas, tendo como lema “A educação dos trabalhadores pelos trabalhadores” e objetivo a promoção de experiências inovadoras de formação profissional, de autogestão, economia solidária e cooperativismo, entre outras. A Oposição Sindical Metalúrgica, por sua vez, começou a articular-se em 1967, quando foi lançada a primeira chapa de oposição nas eleições para a direção do sindicato, ocupada então por um burocrata sindical (“pelego”), ex-interventor da ditadura no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, Joaquim dos Santos Andrade, o “Joaquinzão”. Foi constituída, basicamente, por várias facções da esquerda marxista e por militantes ligados à Pastoral Operária da Igreja Católica e conquistou forte presença nas principais fábricas de São Paulo, organizando comissões de fábrica, concorrendo às eleições sindicais, liderando greves e chegando a conquistar a direção do Sindicato em 1978, vitória anulada arbitrariamente pelo Ministério do Trabalho. A Oposição Sindical Metalúrgica também defendia um projeto, de mudança

da estrutura sindical, democratizando-a e desatrelando o sindicato do Estado; de organização de base, com fortalecimento das comissões de fábrica; e de transformação da sociedade a partir dos interesses e valores dos trabalhadores. Manteve-se organizada até o começo dos anos 1990.

Em 2012 e 2013 o IIEP desenvolveu dois grandes projetos de pesquisa: *Investigação Operária: repressão contra os trabalhadores das fábricas na ditadura civil-militar* e *As condições de vida e trabalho e a construção da riqueza em São Paulo —os trabalhadores metalúrgicos—*. O primeiro foi apresentado em 2011 à *II Chamada Pública do Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça* e selecionado pelo *Comitê Independente* para fomento e o segundo, obteve apoio da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. Ambos estão sendo realizados por velhos metalúrgicos, professores e profissionais voluntários e por profissionais contratados. Tornaram-se possíveis por contar com os laços de solidariedade, as formas de consciência, as estruturas de sentimento e os núcleos de organização da antiga Oposição. Apresentarão, como resultado material, cada um deles um vídeo e um livro.

O projeto *Investigação Operária* realizou oficinas em quatro regiões da Grande São Paulo: Sul, Sudeste, Leste/Moóca e Oeste/Norte, de maio a dezembro de 2012, colhendo depoimentos e imagens sobre um tema até hoje pouco estudado: a repressão à classe e ao movimento operário dentro e fora das fábricas durante os anos da ditadura civil/militar de 1964-1985. As dezenas de depoimentos de metalúrgicos e metalúrgicas foram fundamentais para uma reconstituição detalhada das novas formas de controle social implantadas após 1964, permitindo uma visão mais nítida e em profundidade do que foi, verdadeiramente, o base socioeconômica do novo “bloco de poder”.

Um dos componentes do novo “regime fabril” formado depois de 1964 era a rede de delatores, da qual fazia parte a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, ou, pelo menos, alguns de seus membros. Eram elaboradas “listas negras”, por regiões, que circulavam entre as fábricas e eram repassadas aos órgãos de segurança do Estado. Praticamente todas as empresas exigiam atestado de antecedentes criminais e de ideologia para contratar seus operários e exerciam uma vigilância ideológica permanente, a partir da própria entrevista de seleção, quando o candidato era indagado sobre os jornais que lia, a religião que professava e a condição ou não de sindicalizado. O simples exercício de um direito trabalhista tornava-se motivo para demissão ou não contratação. Al-

gumas empresas não admitiam quem tivesse movido processo trabalhista contra qualquer patrão, por qualquer motivo que fosse. Outras demitiam qualquer um que depusesse como testemunha de colegas em processos judiciais.

A partir de 1969, começaram a se formar equipes de “segurança patrimonial”, com a infiltração de policiais federais entre os membros da segurança privada e na própria linha de produção das fábricas. Agentes patronais também eram introduzidos nas comissões de fábrica e até nos ônibus das empresas. Alguns órgãos que podiam impor limites à exploração e ao despotismo patronal, como as CIPAS (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), garantidas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), eram sistematicamente esvaziadas, reprimidas e boicotadas. A vida fora das fábricas também era controlada, ocorrendo o caso de um metalúrgico de São Paulo ser demitido por ter ido assistir a um show musical promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, em greve. Dispositivos básicos da democracia constitucional como a imunidade no exercício da atividade parlamentar também eram violados, como se pode verificar pelo depoimento de Anízio Batista, metalúrgico eleito Deputado Estadual em 1984, sobre sua prisão naquele mesmo ano, na greve da Horasa, fabricante de relógios e produtos metalúrgicos:

A greve estava totalmente pacífica. Mais ou menos por volta das 7h30 os operários estavam na portaria, fora da fábrica, chegou a Polícia Federal e começou a prender alguns operários. Imediatamente me apresentei perante o agente da Polícia Federal e foi uma conversa muito ríspida de ambas as partes. O agente me deu ordem de prisão. Eu disse que tinha imunidade parlamentar. Mesmo assim, ele chamou dois policiais militares e me levou preso, junto com mais oito operários da fábrica. Com isso eles queriam acabar com a greve. Chegando à Polícia Federal, o delegado, Sr. Veronezi, me perguntou: “Deputado, o que o senhor está fazendo aqui?” Respondi: “Fui preso pelo seu agente”. De imediato o delegado falou: “Pelo amor de Deus, Deputado, pode ir embora”. Eu disse: “Só vou embora junto com os operários que vieram comigo”. Foi mais uma troca de farpas junto ao delegado. Imunidade parlamentar só funciona quando o parlamentar não está do lado dos trabalhadores.

Obviamente, as greves eram duramente reprimidas, como ocorreu em 1979, na greve liderada pela Oposição Sindical Metalúrgica e precariamente apoiada pelo Sindicato. Na véspera do movimento, todas as sub-sedes do Sindicato foram invadidas pela polícia política e mais de cem metalúrgicos presos. A repressão chegou ao seu extremo mais violento com o assassinato a tiros do metalúrgico Santo Dias pela Polícia Militar em um piquete em frente à fábrica Sylvania. Anteriormente outros militantes metalúrgicos já haviam sido vítimas fatais da repressão: Olavo Hanssen, Luiz Hirata, Manoel Fiel Filho.

Portanto, todos os atos que faziam parte do rito normal de mobilização para a negociação com a patronal, tornaram-se extremamente arriscados. A filiação ao sindicato, a participação em alguma organização de fábrica, a presença em uma assembleia, a distribuição e mesmo a leitura de um panfleto podiam custar o emprego, a liberdade e até mesmo a vida.

No projeto *As condições de vida e trabalho e a construção da riqueza em São Paulo, os trabalhadores metalúrgicos*, por sua vez, os metalúrgicos relataram suas lutas por água encanada e esgoto, iluminação pública, equipamentos e serviços de saúde pública, contra a poluição industrial nos bairros operários, contra a carestia de vida e pelo direito ao consumo da cesta básica de alimentos, por transporte público eficiente e de qualidade. Se nas fábricas o que estava em jogo era o sistema econômico de produção de mercadorias e a função e posição dos metalúrgicos dentro dele, nos bairros se processava a reprodução biológica e social da família operária, em condições de espoliação próprias de um capitalismo periférico de base pobre e o que estava em questão era a possibilidade de garantir condições de vida em um patamar superior a simples reprodução de mão-de-obra barata para o capital.

Pode-se dizer que ambos os projetos desempenharam o papel de ativação e organização formal da memória de uma experiência de exploração, opressão, espoliação, resistência e lutas de uma camada ativa dos metalúrgicos nos anos 1970 e 1980. Esta memória coletiva e esta experiência fazem parte de uma tradição classista, pautada pela valorização das organizações de base, pela crítica à estrutura sindical herdada da “Era Vargas” e do populismo, pela combatividade contra os patrões, pela afirmação da solidariedade de classe e por uma oposição não apenas às violações das leis trabalhistas, ao descaso face aos direitos, mas, mais do que isto, ao próprio sistema de exploração capitalista.

O desenvolvimento dos projetos do IIEP passa inteiramente por fora da agenda, da estrutura e dos quadros do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Se o IIEP representa a formalização da memória da experiência mais intensa de resistência contra a exploração, a opressão e a espoliação, aglutinando velhos militantes hoje aposentados, o Sindicato continua cumprindo funções básicas na luta econômica da categoria: encaminhamento das campanhas salariais, negociação dos reajustes, mobilização pela manutenção e ampliação de direitos, informação através do jornal sin-

dical, de boletins, do *site* da entidade.

As questões da exploração, das condições de trabalho, da opressão dentro das fábricas, da organização por local de trabalho e de um projeto de mudança social da perspectiva do trabalhador estão ausentes ou pelo menos pouco visíveis nos materiais produzidos pelo Sindicato. A ênfase é dada a temas mais ligados á “cidadania”, como o fim do “fator previdenciário”, da cobrança de Imposto de Renda sobre a PLR (Participação nos Lucros e Resultados) até 6 mil reais, a reivindicação de 10% do PIB para a educação, embora pontos como a redução da jornada de trabalho para 40 horas também sejam apresentados.

A partir daqui, algumas categorias elaboradas por E.P. Thompson nos ajudarão a interpretar aspectos da relação entre memória, consciência, experiência e identidade de classe dos metalúrgicos de São Paulo.

Segundo Thompson,

1. Classe não é “coisa”, não é uma quantidade de homens que se encontram numa certa relação e proporção com os meios de produção. Classe é tanto um fato da história econômica, quanto da história política e cultural, não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. A “comunidade de classe” foi um produto do empenho consciente dos próprios trabalhadores.
2. Consciência de classe é a forma como as experiências de classe são tratadas em termos culturais e não é determinada pelas relações de produção.
3. A luta de classes é constitutiva da formação da classe. Classe é uma relação que se estabelece durante e como resultado da luta de classes.

O estudo de Thompson em *A formação da classe operária inglesa* reconstrói um processo em que tradições originadas das mais diversas experiências plebeias, de comunidades artesanais, rurais e urbanas, de seitas religiosas e pequenas agrupações políticas vão se coordenando em um ambiente de mudanças demográficas e tecnológicas, produzidas pela Revolução Industrial, e de lutas políticas nacionais e internacionais delimitadas em seus grandes traços pela Revolução Francesa e as guerras napoleônicas e formando uma classe operária com determinados projetos, perfil

e organização. No caso dos metalúrgicos de São Paulo, parece haver hoje um movimento inverso, de desintegração das experiências e organizações que possibilitaram, nos anos 1970-1980, a afirmação de uma classe no sentido político e social mais forte.

Se a classe é uma construção política e cultural, diferem em cada caso as configurações resultantes dos condicionamentos e mudanças nas relações produtivas; das relações estabelecidas entre as diferentes subcomunidades profissionais, étnicas e regionais; dos horizontes e limites dados pela história política nacional e internacional; da ação e do discurso das minorias organizadas; das relações com as instituições da sociedade civil e do Estado.

No caso dos metalúrgicos de São Paulo, podemos falar hoje em uma ruptura geracional, em uma dissociação entre experiência e memória e entre tradições combativas de lutas e forma institucional de representação, assumida pelo Sindicato. Este desenvolvimento parece ter configurado uma classe que se limita às reivindicações econômico-corporativas e não apresenta um projeto próprio, gerando uma consciência de baixa intensidade política, por um lado. Por outro, mantém-se, por iniciativa do IIEP e dos velhos metalúrgicos, uma memória da experiência de lutas, de organização de base, da construção de um projeto de transformações sociais.

Até os anos 1990, a oposição sindical fazia parte da vida sindical, política e cultural dos metalúrgicos nas fábricas, embora militando contra as orientações da direção do sindicato. A dissociação atual decorreu de mudanças estruturais na composição da categoria dos metalúrgicos e de um realinhamento sindical em nível nacional. Cabe destacar, no primeiro aspecto, o profundo impacto provocado pela “abertura comercial” acelerada e abrupta promovida pelas políticas neoliberais do governo Collor. Cerca de $\frac{1}{4}$ dos postos de trabalho na indústria de São Paulo foram fechados. As grandes fábricas como Villares, Amortex, Metal Leve, MWM, GE, Sofunge, Motores Brasil, Toshiba, se deslocaram para outras cidades ou fecharam. O “modo de produção” mudou tanto que, segundo Sebastião Lopes Neto, Diretor do IIEP, a metalúrgica é hoje “uma fábrica que quase a gente não reconhece mais”. Quanto ao segundo aspecto, a burocratização da CUT nos anos 1990 enfraqueceu o movimento que, desde os anos 1970, vinha consolidando um sindicalismo classista no país.

A desarticulação da oposição metalúrgica nos anos 1990 deixou terreno livre para a ação da

direção sindical. Aos poucos foi se consolidando um “discurso único”, ao ponto das últimas eleições, realizadas 2012, terem sido vencidas por uma chapa única com 98% dos votos, segundo o jornal sindical *O Metalúrgico*. Este discurso propõe um sindicalismo “de resultados”. A desapareição da Oposição foi tão absoluta que até mesmo vozes dissonantes nas assembleias ou boletins com críticas à Diretoria deixaram de circular. Portanto, uma nova geração de metalúrgicos entrou nas fábricas e se formou nos últimos vinte anos tendo como única referência a direção sindical.

A ligação entre as experiências atuais e a memória das lutas contra a patronal e a ditadura nos anos 1970 e 1980, no período mais intenso de mobilizações operárias da história recente, foi cortada e formalizada de maneira ritualística pelo sindicato, estabelecendo-se uma experiência sem memória e uma memória sem experiência.

A leitura do jornal e dos materiais sindicais recentes permite inferir, como já foi dito, que o Sindicato mantém suas funções básicas de órgão de luta econômico-corporativa: promove assembleias, vai à porta de fábrica, mantém materiais informativos, mantém serviços básicos de atendimento e proteção ao trabalhador, obtém reajustes salariais e concessões como o fim da cobrança do Imposto de Renda sobre a PLR abaixo de 6 mil reais. Propostas de mobilização e enfrentamento mais intenso para a conquista, por exemplo, da jornada de 40 horas semanais, denúncias ou confrontos em torno de condições de trabalho nas fábricas e, principalmente, um discurso, identidade e projeto de classe operária estão ausentes das publicações.

Estas rápidas considerações nos permitem supor que as lutas de classes, as condições do ambiente político e a atividade de núcleos suficientemente amplos e representativos que apresentem e mobilizem por um projeto de emancipação, são condições fundamentais para a formação de uma classe forte, combativa, com alto teor de “classicidade”. As categorias e análises thompsonianas nos permite interpretar e tentar compreender a variedade de configurações de classe, uma vez que os resultados não se apresentam determinados pela história econômica, mas sujeitos a diferentes combinações político-culturais.